



XV SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO

A Cidade, o Urbano, o Humano Rio de Janeiro, 18 a 21 de setembro de 2018

CIDADE E PATRIMÔNIO: O PENSAMENTO DE CARLOS NELSON

1 IDEÁRIO, URBANISMOS E PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

LÚCIA LIPPI OLIVEIRA / PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS DO CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC) DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV) PROFESSORA ASSOCIADA.

RESUMO

“Preservar não é tomar, renovar não é pôr tudo abaixo” é o desafiador título de um artigo do arquiteto/antropólogo Carlos Nelson Ferreira dos Santos publicado em 1986 que será o principal objeto de análise do presente texto. Os pontos de vista de Carlos Nelson assim como as querelas nas quais se envolveu oferecem um panorama dos cânones e dos dilemas da arquitetura e do urbanismo de seu tempo. O artigo pretende registrar a crítica que o arquiteto lançou contra projetos urbanísticos do Rio de Janeiro como o da avenida Chile e sua ressalva ao aclamado e consagrado projeto de Brasília. Pretende também apontar a postura crítica de Carlos Nelson diante do legado do Iphan. Será dado destaque ao pensamento de Carlos Nelson ao discutir a relação entre preservação/restauração e a dinâmica do fenômeno urbano tomando como foco as intervenções urbanas realizadas no centro das cidades.

palavras-chave: renovação urbana — centro da cidade — cotidiano

CIDADE E PATRIMÔNIO: O PENSAMENTO DE CARLOS NELSON

ABSTRACT / RESUMEN

“Preserving is not just acknowledging its historical value, renewing is not putting everything down” is the challenging title of an article by the architect / anthropologist Carlos Nelson Ferreira dos Santos published in 1986, which will be the main object of this text's analysis. Carlos Nelson's views as well as his disagreements on the subject offer an overview of the standards and dilemmas of architecture and urbanism of his time. The article intends to register the criticism he launched against urban projects of Rio de Janeiro as that of Avenida Chile, and his reservations to the acclaimed project of Brasília. It also intends to point out Carlos Nelson's critical attitude against Lúcio Costa's legacy. Emphasis will be placed on Carlos Nelson's discussion on the relationship between preservation and restoration, and the dynamics of urban phenomena, focusing on urban interventions carried out in city downtowns.

KEY-WORDS: *urban renewal — downtown — day-by-day*

O que tem a nos dizer o arquiteto/antropólogo Carlos Nelson sobre cidade e patrimônio? “preservar não é tomar, renovar não é pôr tudo abaixo” é o desafiador título de um artigo de Carlos Nelson Ferreira dos Santos, publicado originalmente na revista *projeto*, n. 86, São Paulo, em 1986. Vamos fazer uso de dois artigos seus que, cremos, muito nos ajudam a conhecer o pensamento do autor sobre o espaço, a relevância e a complexidade do fenômeno urbano.

O ano de publicação do artigo anteriormente citado — 1986 — é muito relevante na medida em que nos permite avaliar o pensamento de “vanguarda” deste intelectual no cenário da arquitetura e do urbanismo modernista que se delineou na década de 1930 e que predominou entre nós nos anos 1960, 1970 e 1980. Os pontos de vista de Carlos Nelson, as querelas nas quais se envolveu, os profissionais com quem ele se aliou e contra quem ele duelou oferecem um panorama dos cânones e dos dilemas da arquitetura e do urbanismo de seu tempo (Silva, 2002).

Os arquitetos e urbanistas modernistas cuja primeira geração contou com Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Afonso Eduardo Reidy, Maurício e Marcelo Roberto, Ernâni Vasconcelos e Henrique Mindlin, entre outros, travaram nos anos 1930 e 1940 uma luta contra os acadêmicos. Nos anos 1960 eles já desfrutavam da posição de controle nas associações e nos órgãos de classe e, principalmente, detinham a hegemonia no ensino e no processo de definir o que deveriam ser a “boa” arquitetura e o “bom” urbanismo para o Brasil.

Diante disto cabe indagar como Carlos Nelson ousou criticar projetos urbanísticos do Rio de Janeiro como o da Avenida Chile, de autoria de Afonso Eduardo Reidy, um dos ícones do modernismo na arquitetura brasileira. Ou o aclamado e consagrado projeto de Brasília que juntou Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

A crítica aos postulados modernos na arquitetura só vai acontecer entre nós na década de 1980. O Rio de Janeiro, cidade onde o modernismo foi hegemônico, é também o espaço onde o pós-moderno vai se fazer presente de forma significativa. É também no Rio de Janeiro que se abre um importante espaço para a luta pela recuperação dos bairros e da arquitetura do passado.

Vamos acompanhar como o arquiteto Sérgio Magalhães se refere aos anos 1970:

É impressionante como, nos anos 1970, com toda a ebulição que se vivia, ninguém falava na grande mudança doutrinária que já tinha sido formulada nos anos 1960 [...]. Nós ainda estávamos na era do “Brasil grande”. Já tinha sido demolido aquele famoso conjunto de St. Louis nos Estados Unidos. É bom lembrar. Em 1972, os Estados Unidos implodiram um conjunto residencial de milhares de apartamentos (o Pruitt-Igoe), porque chegaram à conclusão de que aquele conjunto não tinha mais solução. [...] E esse conjunto tinha sido concebido nas melhores regras do modernismo. A fotografia da implosão do conjunto foi escolhida pelo teórico Charles Jencks, que popularizou a expressão arquitetura pós-moderna nos Estados Unidos, como a imagem-símbolo do fim da arquitetura moderna. Nós, em 1970 e poucos, em 1976, em 1977, ainda não tínhamos essa compreensão aqui. [Magalhães, 2008:206-207]

A resistência em acompanhar as transformações no campo da arquitetura e as arestas entre correntes e gerações podem ser percebidas pela nota n. 3 do artigo “Preservar não é tomar...”. Ali

Carlos Nelson informa ao leitor que o texto foi encomendado pela *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* e que, entretanto, sua publicação foi vetada pelo editor que o considerou “ofensivo à arquitetura nacional”. Isso teve lugar em 1984. Tal informação é importante na medida em que fornece pistas relevantes dos próximos e dos distantes, dos aliados e dos opositores.

Carlos Nelson ousou também questionar os procedimentos do Sphan, obra consagrada de Rodrigo de Mello Franco, de Lucio Costa, de Afonso Arinos de Melo Franco, entre outros, que estabeleceu as fronteiras temporais e geográficas (o tempo — a colônia e o espaço — Minas Gerais) das origens da nação brasileira.

Vamos dar destaque ao pensamento de Carlos Nelson tendo em vista discutir a relação entre preservação/restauração e a dinâmica do fenômeno urbano. Assim, queremos apontar e compreender as divergências, os choques que a postura de Carlos Nelson apresentava perante o legado do Iphan.

Esperamos não falsear ou simplificar demais seu pensamento.

Lançaremos mão de dois de seus artigos, a saber: “Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo” [1986] e “A humanização das cidades” [1983] (Santos, 2017a e 2017d). As entrevistas, palestras, conferências, discursos agora reunidos e publicados no volume 3 de *Sementes urbanas* oferecem também um rico panorama de seu pensamento e de sua reflexão a respeito de sua atividade como arquiteto, como urbanista e como intelectual de seu tempo.

Em resposta a uma pergunta sobre a questão do ensino em arquitetura, Carlos Nelson diz que àquela altura — 1989 —, por ocasião do lançamento do livro *A cidade como um jogo de cartas* — que trata de cidades novas tomando por base o caso de seis cidades em Roraima —, já tinha “uma razoável obra escrita que faço questão, meu Deus, que não seja complicada, nem erudita, nem inacessível” (Santos, 2017c:109-110). Diz ele que deseja escrever para o estudante universitário, quer ser entendido pelas pessoas, pelos leitores. Comungamos desse mesmo desejo.

Em diversos momentos de sua obra, ele toma como premissa a afirmação de que a história do homem se passa em espaços e um desses espaços, a cidade, passa a ser o lugar preferencial para a realização da própria história. Na cidade tem lugar “o estabelecimento de uma cadeia de obrigações de reciprocidade” que garante ou deveria garantir o máximo de equilíbrio na estrutura social (Santos, 2017d:235). E registra que na cidade se abrigam múltiplas vocações que são vistas como anacrônicas, são desordens ante a ordem que técnicos e especialistas tentam implantar.

O cenário urbano no Brasil deu um salto espetacular em 90 anos, dando ocasião a aspectos positivos e negativos. Houve e há controvérsias sobre o que preservar e o que destruir, ou melhor, o quanto preservar e o quanto destruir. Tal dialética acaba por criar a dicotomia: cidades que se transformam sem parar e cidades que param, e estas últimas “viram museus, cemitérios, cenários de turismo” (Santos, 2017d:234).

O autor vai então focar sua análise sobre a questão dos bairros centrais que concentram benefícios urbanísticos e que acabam sendo reservados para os mais ricos e para atividades nobres. O “resto” vai sendo expulso para espaços mais pobres e “diferenciados”. Carlos Nelson fala em “diferenciado” no lugar de “distantes” já que no Brasil e, em particular, no Rio de Janeiro há favelas que ocupam espaços invejáveis. Neste processo, o centro das cidades costuma conservar casarões,

hospedarias que passam a ser vistos como “resíduos” e que se tornam “reservas” para futuras intervenções.

Nas cidades é preciso ver, ler, ouvir o que o espaço tem a nos dizer, recomenda o arquiteto. Tal perspectiva segue a trilha que considera perambular pelas ruas uma forma nova de se apropriar dos espaços da cidade. Os conjuntos urbanos são sínteses fortes, têm forte poder expressivo que pode ser captado desde que se observe seu uso e classificação: “onde há confusão; onde há cama, onde se trabalha, onde há segurança, aonde vão os ricos, onde se adquirem bens úteis ou supérfluos...” (Santos, 2017d:236).

Tal perspectiva vinha sendo adotada por outros arquitetos de então. Hélio Modesto, ao treinar sua equipe, sugeria como método: sentar e observar os movimentos dos pedestres para fazer uma leitura do lugar e das possíveis necessidades dos moradores ou dos transeuntes. Figura relativamente esquecida, esse arquiteto e urbanista é lembrado por Maria Clara Redig de Campos (2008:140-141), que declara ter sido Hélio Modesto quem a ensinou a ver as pessoas, a ver as cidades. Ele me disse que sua metodologia era algo do tipo: quando você chegar a uma cidade para fazer algum trabalho de urbanismo, para você conhecer a cidade a regra número um é se sentar diante da porta e ver passar as pessoas. Olhar as pessoas passando, como é a cara das pessoas, como é que as pessoas andam, se andam depressa, andam devagar. Primeiro conhecer, ver a cara, o jeito das pessoas, a maneira das pessoas agirem, como falam, como se locomovem, se andam mais de metrô, por exemplo... E, regra número dois: andar. Ouça tudo, veja tudo. Ande a pé. “Olhe em volta, sinta os cheiros, ouça os sons.” E o Hélio então dizia isso, você tem que andar a pé, você tem que olhar a cidade, sentir a cidade e ver a cidade. Maria Clara Redig diz que Hélio Modesto se referia a um autor francês como aquele que criara tal enfoque, embora ela não se lembre do nome. Provavelmente se tratava de Michel de Certeau, cujas ideias se assemelham a essas, como veremos adiante.

A recuperação do trabalho do arquiteto Helio Modesto no campo do planejamento urbano, como já registramos, ainda é muito tímida. Sua filha, Cecília Modesto, traça em entrevista a linha de continuidade entre seu pai e Carlos Nelson. Helio Modesto, que já tinha elaborado, entre outros, o planejamento urbanístico de Fortaleza, foi convidado a ajudar na montagem de cursos de planejamento a serem ministrado no Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam). A perspectiva de viabilizar o desenvolvimento urbano municipal a partir das necessidades locais era partilhada por Helio Modesto e por Adina Mera, que fora sua estagiária e depois assistente em seu escritório de planejamento urbano. Hélio Modesto não permaneceu muito tempo no Ibam, foi Adina Mera quem lá ficou e teve como seu assistente Carlos Nelson, que depois veio a ocupar seu lugar. Ela confirma que tanto Adina Mera como Carlos Nelson tinham Helio Modesto como seu guru. Tal linha de sucessão parece assegurar a Helio Modesto a posição de formulador da matriz de um novo tipo de planejamento urbano atento ao espaço e ao tempo humanos (Modesto, 2008:126-127; Silva, 2002:113).

Voltando ao artigo de Carlos Nelson. Segundo ele, os lugares informam sobre a organização econômica e sobre a estrutura social. E também sobre a cultura que conforma nossa visão de mundo, os “códigos classificatórios” com que vivemos em sociedade e nos espaços urbanos. Muitas dessas

reflexões podem ser atribuídas a sua inserção no campo da antropologia no qual defendeu sua dissertação de mestrado em 1979. Sob esta inter-relação vale citar outro artigo de Carlos Nelson, “Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?” (Santos, 2017b:307-325) [1980].

Os espaços urbanos são livros abertos, segundo Carlos Nelson: dizem aos seus quem são eles e quem são os outros. Ou seja, os espaços urbanos constroem identidade e alteridade. Internamente implicam deslocamentos, passagens, mobilidade, diversidade, diferenciação de lugares que facilita intercâmbio, mistura. Isso foi considerado por pensadores e planejadores como problema já que, segundo eles, era melhor “separar, organizar, e deixar transparente” (Santos, 2017d:238). Tais reflexões de Carlos Nelson fazem parte de uma “virada” que vai transformar o que era o padrão moderno dominante.

Vamos agora ver como Carlos Nelson apresenta sua versão da história do patrimônio no Brasil. “De repente, arquitetos e outros intelectuais notáveis (e sonhadores...) descobriram que já tínhamos alguma história e que ela se exibia, sem proveito, através de edificações desprezadas, caindo aos pedaços ou (pensavam...) conservadas por milagre” (Santos, 2017d:238). E continua, mencionando que em tal ideário pode se ver a combinação de surtos de nacionalismo com internacionalismo, “tudo bem encaixado no grande sonho do país jovem, empenhado em realizar seu grande futuro...” (Santos, 2017d:238).

Os pioneiros foram bem-sucedidos em sua cruzada e, a partir dos anos 1930, conseguiram construir um pensamento, uma consciência a respeito. “Quando se pensa em preservar, alguém logo aparece falando em patrimônios e tombamentos. Também se consagrou a crença de que cabia ao governo resguardar o que valia a pena” (Santos, 2017d:238-239). Especialistas teriam o direito (o *poder-saber*) de analisar edifícios e atribuir distinção a algum deles sacralizando-os. Assim consagraram o que já estava consagrado — conventos, mosteiros, igrejas, palácios, fortalezas, sedes de fazenda... —, os símbolos do poder. Naquela ocasião “decidiu-se esfriá-los com a antiguidade”; assim, quanto mais perto dos séculos XVI ou XVII, melhor. Daí que se torna extremamente difícil reconhecer o valor de edifícios do século XIX ou, mais ainda, do século XX, a não ser aqueles que nascem como “expressão definitiva e irrecorrível da transcendência do poder”. “Na verdade, já não é tão prioritário tomar edifícios monumentais. Ninguém sabe o que fazer com eles e começa a ficar difícil inventar e conservar tantos museus” (Santos, 2017d:240).

A preservação, como vem sendo praticada, desagrada a todos: governo que tem que conservar sem ter condições, os proprietários que sentem seu direito proibido e o público que vê seu bar favorito ser derrubado, o cinema, as calçadas, espaço de intermediação entre a casa e a rua, os edifícios onde se podia morar e trabalhar, tudo deteriorado e/ou erradicado. Nesse processo, obviamente, não entrava em consideração o que os moradores e usuários pensavam ou achavam, o que valorizavam naqueles espaços que constituíam seu dia a dia, seu cotidiano.

Os planos de “renovação urbana” deslocam os antigos moradores e com isso substituem hábitos culturais antigos e vistos como desprezíveis. A renovação priva as áreas de serviços, de pequenos negócios. Isso vem acontecendo nas cidades brasileiras com a substituição de espaços centenários por novos que “excluem a mistura, especializam, isolam” (Santos, 2017d:241). Em outras situações, “antes havia quarteirões e bairros carregados de vitalidade. São criados apenas vazios e

estacionamentos” (Santos, 2017d:242) que produzem estoques de terrenos baldios, disponíveis para ampliação de obras viárias que atraem mais carros para o centro.

No Brasil foram grandes os fracassos das renovações urbanas. Os vazios produzidos pela “renovação” não foram ocupados pela expansão imobiliária que preferiu lugares mais bem equipados. Tais centros urbanos com seus bairros antigos e vazios são resultado da decadência provocada.

Por outro lado, Carlos Nelson declara: “Não sou um conservacionista rancoroso e reacionário” (Santos, 2017d:243). Para ele, a renovação urbana deve respeitar o *timing* da simbiose espaço/população/atividades compatíveis. A mesma atenção deve ser dirigida quando ele propõe a preservação, já que não quer as cidades mantidas no formol, diz ele.

Sua crítica ao modernismo se faz presente, por exemplo, quando menciona Brasília e a avenida Chile no Rio de Janeiro — exemplos máximos, a glória da arquitetura moderna no Brasil — como soluções problemáticas que criam um mundo isolado, egoísta. Ou quando investe contra a ruptura acontecida com a construção do Sambódromo feita com a derrubada do Catumbi no Rio de Janeiro. Ressalta as qualidades do pedaço de rua que sobrou da demolição do bairro. No artigo “Preservar não é tomar...” ele desenha as casas reconstruídas ao longo de 150 anos, com seus acréscimos, águas furtadas, segundos e terceiros andares. Fachadas modificadas mas que repetiam nas partes superiores os estilos encontrados no térreo, ali “os cheios e vazios eram renovados ou reproduzidos mantidas as proporções de antes” (Santos, 2017d:246). Ali os moradores conseguiram manter “o espírito” de sua rua onde “memória, festa, casa, rua, família, vida armavam um campo único de significados” (Santos, 2017d:246). Carlos Nelson tem dois artigos sobre esse bairro — “O movimento do Catumbi revisitado”, em autoria com Arno Vogel, e “Catumbi — um bairro interessado em seu caráter” —, ambos republicados no volume *Sementes urbanas 2* (2017).

Durante quase 200 anos as populações mais pobres foram as guardiãs do nosso patrimônio e não tem sentido, ao se falar em “preservar” uma área urbana, tirar aquela gente pobre que estaria incomodando ao projeto de tombamento. Tal perspectiva inovadora, a de ouvir e considerar a opinião dos moradores, esteve presente quando ele auxiliou os habitantes da favela de Brás de Pina a fazerem seu próprio planejamento urbano.

Outro exemplo de intervenção bem-sucedida registrado e reconhecido por Carlos Nelson é o projeto Corredor Cultural do Rio de Janeiro, identificado como exemplo do que deveria ser feito no centro das grandes cidades. Ele, aliás, agradece ideias e sugestões do arquiteto Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, coordenador do Corredor, ao artigo “Preservar não é tomar...”. Vamos mencionar algumas das características especiais do projeto, tomando por base o relato de Sandra Machado (2015).

Em suas origens, o projeto nasceu de um trabalho que Augusto Ivan de Freitas Pinheiro apresentou, ainda na década de 1970, ao Institute of Housing and Urban Development, na Holanda, onde fazia uma pós-graduação em planejamento urbano e regional. Estava ele particularmente interessado na região da Sociedade dos Amigos e das Adjacências da Rua da Alfândega (Saara) e no comércio remanescente no local, que sobrevivia a todas as transformações acontecidas no seu entorno desde a virada para o século XX.

Ao retornar ao Rio de Janeiro, o arquiteto foi convidado para trabalhar na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e teve apoio do prefeito Israel Klabin para levar adiante o projeto. A criação de uma Câmara Técnica, presidida pela escritora e funcionária municipal Rachel Jardim, e composta por um grupo de intelectuais notáveis (José Rubem Fonseca, Nélida Piñon, Lélia Coelho Frota, Sérgio Cabral, Arthur da Távola e Ítalo Campofiorito) foi fundamental. Ela conferiu legitimidade ao trabalho e possibilitou uma mescla de olhares. A gestação do projeto foi cuidadosa, entre 1979 e 1984, assim como sua realização, e desse modo foi possível obter a adesão das associações locais e o êxito progressivo do empreendimento.

O arquiteto Augusto Ivan aponta também o momento histórico particular: a população ainda estava traumatizada pela demolição do Palácio Monroe, verdadeiro marco que despertou nos cariocas o sentimento em prol da preservação de seu patrimônio cultural. Se o Rio de Janeiro já tivera múltiplas intervenções radicais como as que levaram ao desaparecimento do morro de Santo Antônio, do morro do Castelo e do morro do Senado, por exemplo, no caso do Palácio Monroe a reação foi diferente. “Houve uma comoção geral.”

O Corredor Cultural deu início a políticas públicas municipais voltadas à proteção do ambiente construído. Conjuntos arquitetônicos representativos das diversas fases de ocupação da cidade passaram a integrar as atuais 36 áreas urbanas protegidas, nos diz Sandra Machado (2015). A autora também registra que, àquela altura, em Salvador, São Luís do Maranhão, Manaus, Cuiabá e diversas outras cidades do Brasil, se debatia a melhor forma de proteger prédios históricos contra a deterioração. Houve pessoas interessadas na metodologia que estava sendo implantada no Rio e tal demanda fez Augusto Ivan viajar pelo país divulgando o projeto do Corredor Cultural e o levou a organizar uma publicação que, lançada em 1985, até hoje funciona como um manual para quem se interessa pelo tema: *Como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no Corredor Cultural* (2002).

A novidade do prestígio às áreas contempladas estimulou a adesão dos comerciantes da Saara e da Sociedade dos Amigos da Rua da Carioca (Sarca). Não fosse por isso, talvez novos projetos já tivessem destruído parte da região central. Após o Rio ter deixado de ser a capital, houve um período de declínio econômico, e com a crise faltou verba para essas obras monumentais, explica Augusto Ivan (Pinheiro, 2002; Machado, 2015).

No trajeto do Corredor Cultural, vale lembrar, foi fundado o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) que se tornou um paradigma da conexão positiva entre centro cultural e enobrecimento urbano. O CCBB abriu caminho para que outros centros surgissem na região tais como o Espaço Cultural dos Correios (1993), o Centro Cultural da Light (1994), o Espaço Cultural da Marinha (1998). Foram se implantar no entorno do CCBB escolas como a Escola de Cinema Darcy Ribeiro (1990) e outras unidades da Universidade Candido Mendes e da Fundação Getulio Vargas.

O êxito de um projeto não apaga dúvidas quanto ao seu futuro. Pode-se também perguntar como a cidade vai lidar com um número tão grande de centros culturais. É sabido, por outro lado, que todos esses equipamentos culturais de sucesso que se implantaram ao longo do Corredor Cultural não resolvem o impasse da ausência de moradores no centro da cidade, o que leva ao esvaziamento noturno e nos fins de semana.

No mundo atual, onde tudo parece ser patrimônio, então tudo deveria ser conservado. Isso se apresenta como uma impossibilidade e passa a ser importante e necessário considerar que, “da mesma forma que a memória supõe o esquecimento, a cidade para existir pressupõe a demolição para se construir o novo”, como diz François Dosse (2013:87) citando Françoise Choay. Ou, como diz Carlos Nelson, “preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo”.

No segundo artigo que queremos analisar, “A humanização das cidades” (Santos, 2017a:257-271) [1983], esse mesmo enfoque sobre renovação urbana se faz presente. Aqui Carlos Nelson se propõe a pensar as cidades brasileiras a partir da oposição estrutural entre núcleo e periferia, ou melhor, núcleos e periferias. Vai sofisticando seu argumento ao dizer que o centro é mesmo constituído por núcleos e periferias assim como as periferias têm também sua área central. É nos centros que as pessoas se juntam, recebem, trocam, recolhem informações, experiências e novidades.

É com tal enfoque que o arquiteto vai analisar o centro do Rio, área que desde o início do século XX vem sofrendo transformações que acabaram por simplificar suas atividades. A função residencial foi desaparecendo junto os serviços, o lazer e a cultura. Ali passam a predominar sedes de agências estatais, bancos e grandes empresas, escritórios e centros de prestação de serviço. Tudo isto passa a ser indicador, segundo ele, de rápida deterioração. No centro do Rio há muitos prédios com rica arquitetura erradamente tida como decadente e que sobreviveu “por esquecimento ou milagre”, o que demonstra sua vitalidade.

Muitos dos locais do centro são usados como passagens de um a outro meio de transporte. O problema dos deslocamentos, ou seja, da mobilidade é fundamental. Partes são demolidas para dar lugar a viadutos e pistas expressas. A malha viária está sempre sendo superada e exigindo novas intervenções. Tudo isso dá origem a espaços vazios a serem ocupados com estacionamentos. A partir de tal constatação, Carlos Nelson vai declarar: “as ruas do Rio estão em perigo e ninguém está se importando muito com o assunto. Ruas não devem servir apenas ao deslocamento de veículos no espaço” (Santos, 2017a:262).

Vale relembrar também o exemplo da destruição do edifício construído por Grandjean de Montigny para sede da Academia Imperial de Belas Artes criada em 1827. Tal prédio foi demolido em 1939 — seu pórtico está hoje na alameda principal do Jardim Botânico — para dar origem ao futuro prédio do Ministério da Fazenda, o que acabou não acontecendo. No espaço do antigo prédio da Academia Imperial parece que ainda hoje funciona um estacionamento.

Sobre esse mesmo tipo de processo que envolve o esvaziamento e o enobrecimento de centros da cidade, vale citar a pesquisa e o livro de Rogério Proença Leite (2004) sobre o bairro do Recife.

Carlos Nelson retorna ao tema do patrimônio histórico, da preservação de espaços e do tombamento em diversos momentos de seus textos. Em “A humanização das cidades” (2017a) [1983] diz ele que o poder público deve rever os conceitos usados quando se resgatava o que era notável, sacralizando edifícios separando-os do convívio da cidade. Já não era então prioritário tombar palácios, igreja, edifícios monumentais. E complementa:

A preservação costuma ser uma prática que consegue desagradar a todos: ao governo, que fica responsável por bens que não pode ou não quer conservar; aos proprietários, porque se julgam lesados pela proibição de uso pleno de um valor; à população, que não entende as razões de manutenção de pardieiros, enquanto assiste ao desmantelamento de redes inteiras de espaços e ambientes significativos. [Santos, 2017a:261]

Nesse artigo, o arquiteto vai defender as ruas que estavam (e estão) sendo dilapidadas. Ruas não devem servir ao deslocamento de veículos no espaço. As ruas são locais de encontro, são espaços para o lazer, para o trabalho, para as compras, para o transbordo de meios de transporte. A rua é “o lócus democrático por excelência” (Santos, 2017a:263).

Vai então redefinir o que deveria ser “renovar a cidade” lembrando que “não é pôr abaixo tudo”. Os “planos de renovação urbana” não deslocam apenas os pobres, expulsam junto grande quantidade de práticas sociais e atividades econômicas consideradas inferiores e desprezíveis. Assim, o centro fica cheio de vazios que vão fabricar decadência na vizinhança. Um exemplo disso é a avenida Presidente Vargas, cheia de terrenos desocupados, enquanto a avenida Rio Branco se renova sem parar. Diante de tudo isso, diz ele: “o centro da cidade piorou”. Os vazios são ruins até porque estimulam o governo a construir obras faraônicas. No Rio, segundo ele, as obras construídas na avenida Chile, como já mencionamos, são um exemplo memorável de tal procedimento.

A renovação urbana deve ser feita aos poucos, respeitando a relação entre espaço, população e suas atividades. E faz sua declaração sobre a possibilidade de um acordo social: “não é obrigatório que as intenções urbanísticas sempre gerem conflitos, agridam a paisagem e a arquitetura remanescente de outras épocas e prejudiquem a vida da população” (Santos, 2017a:262).

Fechando este texto preliminar sobre o pensamento de Carlos Nelson, vale mencionar o artigo intitulado “Autocrítica da velocidade” (O Globo, 20 jan. 2018) em que o arquiteto Washington Fajardo discute o excesso de velocidade nas ruas do Rio e, por associação, questiona o consumo imediato do tempo e o sonho da sociedade de realizar com rapidez a modernidade. “Somos viciados em velocidade”, diz ele, fizemos uma nova capital no Planalto Central, empreendemos 50 anos em 5 e no Rio de Janeiro fizemos a Barra da Tijuca. E complementa dizendo que o plano urbano da Barra repetiu o receituário das vias expressas, “celebrando a vitória civilizacional da passagem sobre o lugar” quando o mundo já questionava o planejamento urbano modernista. Registra a persistente adesão ao urbanismo modernista e a dificuldade de rever tais conceitos e de produzir cidades mais humanas.

E também aponta o que seria uma genealogia de arquitetos que contestavam o urbanismo modernista citando Jane Jacobs, Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Luiz Paulo Conde, genealogia esta da qual fazem parte ele próprio e também Sergio Magalhães.

Não há propriamente uma novidade na defesa de cidades organizadas para os pedestres e com lógicas mais humanas. O que deve ser valorizado é o momento em que Carlos Nelson está questionando o urbanismo modernista, o tombamento do passado, e está lutando pela humanização da cidade enfrentando forças ainda poderosas.

Desconheço se Carlos Nelson leu Michel de Certeau. Em artigo de sua autoria junto com Luce Giard, “O fantasma da cidade” (1994b), há muitos pontos em comum. Posso imaginar que, tendo

morrido em 1989, ele não teve contato com a obra de Michel de Certeau em que vai dar ênfase ao cotidiano. Não sei. Mesmo assim, é possível identificar muitos pontos semelhantes. Para situar a relação de Michel de Certeau com os arquitetos e urbanistas no contexto intelectual francês, pode-se consultar o importante artigo de François Dosse (2013).

O que Certeau e Giard nos dizem sobre a cidade? Em primeiro lugar, que houve muita mudança no espaço urbano. Se antes a intenção era projetar a cidade do futuro, agora o objetivo é imaginar seu passado pela reabilitação de patrimônios. Os urbanistas do planejamento funcionalista pretenderam destruir tudo o que atrapalhasse a cidade transparente. Entretanto, não foram tão bem-sucedidos. Surgiram obstáculos representados por “resistências” de um passado que insistiu em subsistir. Assim, imóveis antigos sobreviveram, velharias mesmo, “ruínas” de uma cidade do passado. Tais ilhas são defendidas já que agora coisas antigas passaram a ser importantes. Os autores registram que a preservação de bens que representam a identidade nacional, entendida como patrimônio, está atrelada a uma política antiga, não corresponde mais aos novos tempos.

O que surge como novo? O reconhecimento de que o passado mais antigo envelheceu menos que o passado moderno. Agora o movimento pela reabilitação fugiu ao controle da ideologia conservadora do patrimônio. Hoje conserva-se tudo. O que importa são menos os monumentos nacionais e mais os vestígios da forma de habitar de homens comuns que já haviam operado colagens em suas construções. São como o espírito do lugar (os fantasmas). Tais reflexões nos fazem lembrar o pensamento de Aloísio Magalhães ao defender a importância do saber fazer na política de tombamento do Iphan?

Os autores então se perguntam: O que deve ser chamado de patrimônio? Quem pode fazer uma velharia virar patrimônio? Isso depende de quem a defende e de seus habitantes. As velharias escolhidas passam por um processo de restauração, são modernizadas e se tornam lugares de trânsito entre fantasmas do passado e imperativos do presente. Os autores defendem o direito à criação por parte dos habitantes-artistas, fazem a defesa de seu gosto já que são eles os verdadeiros autores da cidade.

É o cotidiano urbano, aquilo que foge do controle, o objeto do interesse de Certeau e sua equipe e que está presente no livro *A invenção do cotidiano* (1994a). Tal tipo de trabalho pode ser visto como uma micro-história das relações entre o indivíduo e o espaço.

Cada um desses aspectos apresentados e/ou defendidos por Michel de Certeau poderia ter sido assinado por Carlos Nelson. Alguns estão mesmo presentes em seus textos: a crítica ao sonho dos urbanistas modernos a tudo controlar, a defesa do direito à criação dos moradores de regiões, o respeito ao gosto popular, a preservação identificada com a identidade nacional como uma ideologia conservadora do patrimônio, a valorização de velharias que foram capazes de sobreviver, a importância do caminhar e do narrar, como memórias de lugares.

Quando fui lendo os textos de Carlos Nelson publicados agora em 2017, fiz a associação entre eles e os textos de Michel de Certeau e assim pude valorizar ainda mais a contribuição do nosso arquiteto/antropólogo. E é isto que desejei transmitir aqui!

REFERÊNCIAS

- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**, v. 1: Artes do fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994a. [edição francesa de 1990]
- CERTEAU, Michel de. "O fantasma da cidade". In: _____. **A invenção do cotidiano**, v. 2: Morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994b, p.189-202. [edição francesa de 1990]
- _____. "Andando na cidade". **Revista do Patrimônio**, n. 23, 1994, p. 21-31. [Publicado em *The cultural studies reader*. Londres: Routledge, 1993].
- CAMPOS, Maria Clara Redig de. "Entrevista". In: FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.). **Novas memórias do urbanismo carioca**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 132-152.
- DOSSE, François. **Espaço habitado segundo Michel de Certeau**. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 15, n. 27, jul./dez. 2013, p. 85-96.
- LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**. *Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas; SP: Unicamp; Aracajú, SE: UFS, 2004.
- MACHADO, Sandra. *Corredor Cultural preserva memória do Rio*. MultiRio: a mídia educacional da Cidade. 6 jan. 2015. Disponível em: <www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/993-mapa>.
- MAGALHÃES, Sérgio. "Entrevista". In: FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.). **Novas memórias do urbanismo carioca**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 188-232.
- MODESTO, Cecília. "Entrevista". In: FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.). **Novas memórias do urbanismo carioca**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 122-131.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. "Cidade e cotidiano: uma reflexão sobre o Rio de Janeiro". In: PORTO, Maria Stela Grossi; DWYER, Tom (Org.). **Sociologia em transformação; pesquisa social no século XXI**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2006, p. 13-22.
- PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. "Entrevista". In: FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.). *Capítulos da memória do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002. p. 202-222. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1251.pdf>.
- _____. **Preservar, conservar e modernizar: um novo paradigma para a reabilitação do centro do Rio**. Coleção Estudos Cariocas — Secretaria Municipal de Urbanismo. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, n. 20020502, maio 2002.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. "**A humanização das cidades**". In: COSTA, Maria de Lourdes Pinto Machado; SILVA, Maria Lais Pereira da (Org.). *Sementes urbanas 1*. Niterói: Eduff, 2017a, p. 257-271. [1983].
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. "**Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?**" In: COSTA, Maria de Lourdes Pinto Machado; SILVA, Maria Lais Pereira da (Org.). *Sementes urbanas 1*. Niterói: Eduff, 2017b, p. 307-325. [1980].
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. "Entrevista". In: COSTA, Maria de Lourdes Pinto Machado; SILVA, Maria Lais Pereira da (Org.). *Sementes urbanas 3*. Niterói: Eduff, 2017c, p. 109-111. [1989].
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. "**Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo**". In: COSTA, Maria de Lourdes Pinto Machado; SILVA, Maria Lais Pereira da (Org.). *Sementes urbanas 1*. Niterói: Eduff, 2017d, p. 234-247. [1986].

SILVA, Maria Laís Pereira da. "Entrevista". In: FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.). **Capítulos da memória do urbanismo carioca**. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002. p. 106-117. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1251.pdf>.